

AVALIAÇÃO COMO PRAXIS: RESSIGNIFICANDO O CONCEITO

André Luiz de Oliveira¹
andreluiz_baskt@hotmail.com

¹ Professor na Faculdade do Centro do Paraná (UCP). Graduado em Educação Física Bacharelado pela Faculdade Guairacá (2011), e em Educação Física Licenciatura pela UCP (2009). Especialista em Educação Especial (2011) e Treinamentos Desportivos e Personalizados (2011) pela Faculdade Guairacá e Didática e Metodologia do Ensino Superior (2010) pela UCP. Mestre em Educação pela UTP.

AVALIAÇÃO COMO PRAXIS: RESSIGNIFICANDO O CONCEITO

RESUMO

O presente artigo tece algumas reflexões a partir do tema sugerido no capítulo 6 do livro de autoria de Ferreira (2017): *Avaliação como praxis: ressignificando o conceito*. Trata-se de um tema amplo, do qual apontamos aqui apenas alguns aspectos da avaliação do sistema de ensino superior brasileiro ligados ao contexto de expansão do capitalismo internacional.

Palavras-chave

avaliação, ensino superior, educação, filosofia da praxis.

AVALIAÇÃO COMO PRAXIS: RESSIGNIFICANDO O CONCEITO

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo partir do capítulo seis “Avaliação como Praxis: Resignificando o Conceito”, de autoria de Ferreira (2017 pg, 109 a125) do livro *Formação Humana e Gestão Democrática da Educação na Atualidade*, a fim de explicitar o contexto político de expansão do capitalismo internacional, no qual o conceito de avaliação recebe uma nova configuração. Desta perspectiva a autora parte do pressuposto que a avaliação se ressignifica a partir da compreensão de práxis, entendida na perspectiva de Karel Kosik como a “revelação do segredo do homem como ser ontocriativo, como ser que cria a realidade (humano-social) e que, portanto, compreende a realidade (humana a realidade na sua totalidade)” (FERREIRA, 2017, p. 110).

Para a autora, “o objetivo principal da avaliação é a formação, esta deve estar plenamente articulada com um projeto pedagógico/acadêmico” que, por sua vez, precisa estar vinculado a um “projeto de ensino que reflita um projeto político educacional” (FERREIRA, 2017, p. 114). Concordamos com esta colocação, mas nossa abordagem visa a esclarecer os vínculos entre os atuais processos de avaliação do ensino superior e os interesses do capitalismo internacional que, a partir da expansão do capital e das novas relações de dependência normatizadas pelo neoliberalismo, estabelecem parâmetros internacionais de produção científica aos quais a produção nacional se subordina para ter reconhecimento internacional. O presente estudo visa a mostrar que o rigor de aferição e os critérios de produtividade intensificada submetem-se a critérios internacionais de avaliação, na medida em que o Brasil se insere no processo de desenvolvimento internacional do capitalismo monopolista.

Desta perspectiva, abordamos a forma como as políticas neoliberais atuam nos países sub-desenvolvidos com a nova tendência de empresariamento da educação e suas conseqüências na produção e distribuição do conhecimento. A submissão aos sistemas avaliativos internacionais em todas as esferas da educação fere um dos objetivos sociais da produção do saber, que é garantir o acesso amplo a uma educação de qualidade, com produção articulada às práticas sociais. Os critérios

AValiação como Praxis: Ressignificando o Conceito

têm como objetivo o desenvolvimento de inovações tecnológicas voltadas para a concentração de capital, critérios estes estendidos para as ciências humanas que, no contexto destas relações, ocupam um lugar de segundo plano, tendo que aderir aos mesmos critérios.

Deste modo, estes mecanismos de avaliação submetem o trabalho intelectual a uma hierarquia no interior das Universidades, porque as ciências voltadas a resultados que interessam ao desenvolvimento e à produção são consideradas de ponta e determinam os critérios de avaliação da ciência em geral. A busca de resultados e o incentivo à produtividade em quantidade torna supérflua a produção científica e determina a sua submissão ao processo de produção internacional do conhecimento. Sendo o Brasil um país dependente das tecnologias externas, a inovação tecnológica que pode ocorrer nas Universidades brasileiras concorre para a concentração de conhecimento nas mãos das corporações. Esta situação compromete o futuro da educação pública e mantém a nossa submissão no âmbito das relações internacionais.

Neste contexto, a avaliação deve ser compreendida na medida em que os fatores políticos, de planejamento e de gestão caminham juntos, e estão inseridos no processo avaliativo educacional com influência neoliberal em todo seu trabalho de construção, que é contínuo e regulatório no ensino superior e na pós-graduação *stricto sensu*. A avaliação para os programas de mestrado e doutorado, para os professores, os alunos e as instituições ocorre em meio à formação humana, a qual deve ser considerada em torno da realidade social, com a consciência histórica em primeiro lugar, devendo esta ser prioridade e voltada para as classes subalternas e para a formação de novos intelectuais. Assim, a partir de uma abordagem ampla da avaliação no ensino superior e na pós-graduação, mostramos as possibilidades críticas que nos oferece a filosofia da praxis nos limites atuais da produção do conhecimento e como esta situação se concretiza na separação política entre dirigentes e dirigidos, que mantém a ordem social vigente.

AVALIAÇÃO COMO PRAXIS: RESSIGNIFICANDO O CONCEITO

A avaliação no ensino superior e na pós-graduação

De acordo com os objetivos deste trabalho, iniciamos com as observações de Roberto Leher sobre o processo formativo que se forjou na modernidade a partir da fundação das Universidades e que toma nova configuração na atualidade:

A quantidade e a profundidade de medidas que alteram a relação entre a universidade, o Estado e o mercado é um claro indicador de que as universidades brasileiras e latino-americanas entraram em um circuito dito de proporções tectônicas. Mesmo recusando a crença idealista de uma idéia de universidade, como presente de algum modo no pensamento de Schelling, Humboldt e Schleiermacher, fundadores da universidade autônoma alemã, ainda assim, é forçoso reconhecer que toda essa avalanche de atos normativos, de parcerias com as empresas, como as possibilitadas pelas parcerias público-privadas, está conformando uma instituição que pouco tem a ver com os conjuntos de idéias, conceitos e formas organizacionais que foram forjados na modernidade e que, afinal, permitiram a criação de universidades capazes de produzir conhecimento sumamente relevante em todos os domínios da vida humana (LEHER, 2007 p.171).

As novas medidas de avaliação da educação brasileira inserem-se neste processo que altera a relação entre Universidade, Estado e mercado, visando a aplicação dos resultados da produção científica. Atualmente vivencia-se na educação Brasileira um intensivo processo de avaliação nas instituições educacionais, que perpassa desde o ensino fundamental até o ensino superior que redefinem o significado e a tarefa das Universidades Brasileiras de acordo com as mudanças que ocorrem no mundo da produção; as avaliações são aplicadas de forma obrigatória sem que se esclareça ao público examinado as finalidades de tais avaliações e quais são os objetivos que estão por trás deste sistema avaliativo voltado para o controle do desempenho. Cabe salientar que no contexto da ideologia neoliberal a regulação por parte das avaliações incentiva o enquadramento da estrutura curricular para atender de forma satisfatória os interesses e as exigências impostas; ou seja, a estrutura curricular e o material pedagógico é direcionado para responder de forma satisfatória as avaliações, e não para a formação humana integral. Para (Neves e Fernandes 2002, pg.25) o empresariamento da educação ocorre:

AVALIAÇÃO COMO PRAXIS: RESSIGNIFICANDO O CONCEITO

Nos países subdesenvolvidos os padrões neoliberais de desenvolvimento sob os mecanismos internacionais (Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional), vem se caracterizando pela maior inserção do capital financeiro e produtivo e internacional na economia nacional, pela ampla abertura a importação de bens e serviços, pelo privilegio dos subsídios estatais aos setores exportadores (em geral , oligopólios de capital multinacional) e pela desregulamentação das relações de trabalho, no sentido de garantir maiores níveis de super exploração da classe trabalhadora.

A avaliação do sistema de ensino superior brasileiro se aplica no seio da principal base de desenvolvimento para o país que é o ensino superior onde se mantém uma estrutura hierárquica de conhecimento, regulada e controlada no sentido de garantir a expansão do capital reforçando o distanciamento entre dirigentes e dirigidos; o controle do ensino superior no sentido de garantia da detenção do conhecimento por parte dos órgãos internacionais proporciona a dominação sobre os países subdesenvolvidos.

A política neoliberal da educação escolar, quer na educação básica quer na educação superior, passa a ter como objetivo fundamental contribuir para o aumento da produtividade e da competitividade empresarial prioritariamente dos setores monopolistas, de capital estrangeiro. À escola brasileira na atualidade cabe, em boa parte, desenvolver competências para a execução de tarefas simples e complexas na produção, no aparato estatal e também na sociedade civil, que venham garantir a exploração ampliada do grande capital (NEVES, 2002, pg.26).

A regulação do ensino pela avaliação ocorre em todas as etapas educacionais, com o objetivo de distribuir de forma desigual o saber, de modo a termos uma massa trabalhadora formada na escola básica para responder os interesses do mercado de trabalho e um sistema universitário voltado para a formação de uma elite dirigente que produz conhecimento, inserindo-se nas metas estipuladas pela avaliação internacional. Estas metas visam a cumprir compromissos assumidos pelos governos a partir de empréstimos das instituições financeiras que, ao financiar a educação, estabelecem normas de controle “econômico, cultural e político que exercem com os países credores a partir da exigência de cumprimento de condicionalidades, travestidas pela imagem de acessórias

AVALIAÇÃO COMO PRAXIS: RESSIGNIFICANDO O CONCEITO

técnicas” que na verdade são imposições estipuladas no contrato de empréstimo como metas a serem cumpridas (LIMA, 2002 p. 46).

Os índices de aferimento diferem entre o ensino de Graduação e o Strictu sensu; neste a exigência de produtividade e a avaliação quantitativa submetem os Programas a uma atividade intensa a fim de cumprir os objetivos estabelecidos pela CAPES. Não se questiona a necessidade de critérios de avaliação dos Programas de Pós-graduação para a sua excelência e qualidade; o que se deveria colocar em questão é a dependência dos critérios avaliativos em relação aos parâmetros e exigências internacionais. Como fazer a crítica a este conjunto retomando os pressupostos teóricos da filosofia da praxis, ou seja, explicitando as ações que se reproduzem na prática cotidiana e o conjunto de relações que subjazem a esta realidade?

O ponto de partida se encontra nos escritos de Marx sobre o processo de produção do capital e no duplo significado que o trabalho assume na sociedade capitalista: como trabalho humano, que transforma a natureza ao mesmo tempo em que cria o homem; e como trabalho gerador de mais-valia, força de trabalho expropriada pelo capital para a sua acumulação. A base de formação deste segundo significado se encontra na propriedade privada dos meios de produção, na divisão social do trabalho e nas necessidades sociais de troca, que geram o valor quantificado na mercadoria. A análise da mercadoria permitiu a Marx esclarecer que o “processo de produção, quando unidade do processo de trabalho e do processo de produzir valor, é processo de produção de mercadorias; quando unidade do processo de trabalho e do processo de produzir mais-valia, é processo capitalista de produção, forma capitalista de produção de mercadorias” (MARX, 2006, p. 230).

O que se entende desta afirmação é que, na sociedade moderna, a concentração dos meios de produção, a divisão social do trabalho e a exploração da força de trabalho geraram uma nova relação entre o homem e seu próprio trabalho, alterando todas as relações sociais e a própria formação humana. O modo como se estrutura o processo de trabalho se materializa em formas sociais, políticas e ideológicas de compreensão da realidade e do próprio conhecimento. Neste sentido o conhe-

AVALIAÇÃO COMO PRAXIS: RESSIGNIFICANDO O CONCEITO

cimento, a técnica, a ciência e os profissionais que a produzem nada mais são do que mantenedores do modo de produção, o que faz do conhecimento uma mera mercadoria. A partir desta realidade, temos o duplo significado da educação, conforme os objetivos que orientam a sua destinação:

Assim, a politecnicidade em Marx representa a reunião de diversos elementos de formação dentro dos quais a idéia de formação polivalente do conceito burguês de politecnicidade passa a ser apenas um componente ressignificado. Além disso(...), a própria proposta da educação politécnica de Marx aparece como um componente de um “programa”, de uma perspectiva de educação que ultrapassa em muito os momentos formais do trabalho abstrato e das instituições formais de educação (SOUSA JR., p. 100-101).

No contexto da sociedade capitalista o que tem prevalecido e se firmado como definição de educação é o sistema de ensino unidimensional, ou seja, ensino voltado a atender os interesses da indústria moderna; neste sentido a educação Brasileira, em todos os níveis é submetida ao atual sistema de avaliação normatizada pelas instituições internacionais como o FMI, BM e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

A avaliação no ensino superior e especialmente na pós-graduação stricto sensu, que produz pesquisa e apresenta resultados em todas as áreas do conhecimento, são estas as grandes responsáveis pelo fomento da economia mundial quando transformam o resultado das pesquisas em matérias concretas e as disponibilizam para a comercialização; diante do exposto a avaliação nas instituições de ensino superior se traduz em controle e incentivo da produtividade quantitativa de interesse principalmente das grandes corporações.

Resumindo: a filosofia da praxis nos possibilita compreender o modo como o homem enquanto ser social se insere no conjunto de relações econômicas, políticas e ideológicas, permitindo esclarecer, por exemplo, a unidade entre o processo de conhecimento e a vida, que é o problema que nos interessa explicitar aqui. As relações sociais e o modo de vida se produzem a partir do modo como o homem se relaciona com a natureza por meio do trabalho. Conforme Gramsci (2015, p. 414), estas relações não são simples e “ter consciência mais ou menos profunda delas (isto é, conhe-

AVALIAÇÃO COMO PRAXIS: RESSIGNIFICANDO O CONCEITO

cer mais ou menos o modo pelo qual elas podem ser modificadas) já as modifica”. Neste sentido, “o conhecimento é poder”, isto é, nos permite uma consciência crítica e autônoma.

Para Vazquez (2007, p. 244-245) a ciência e a produção são entendidas como:

A relação entre a produção, a técnica exigida por esta e a ciência varia de uma formação econômico-social a outra, e também muda de acordo com o caráter e objeto da ciência que se trate. Pode-se, porém, estabelecer historicamente que a um baixo nível de conhecimento das forças produtivas serão menores as exigências que se apresentam à ciência, e, por conseguinte esta se desenvolvera mais débil e lentamente na realidade, essas exigências só adquirem grande amplitude e um caráter mais rigoroso na época moderna, quando se incrementa a produção material em estreita conexão com o conhecimento e ascensão de uma nova classe social - a burguesia.

Neste sentido a produção do conhecimento ocorre com maior velocidade onde o poder de investimento do capital é maior, para que este seja correspondido atingindo seus objetivos de mais-valia gerados por este conhecimento novo de descoberta da ciência, potencializando ainda mais sua detenção e tornando os países subdesenvolvidos dependentes das suas próprias descobertas, na medida em que são dependentes do capital internacional.

Da perspectiva aqui abordada, o conhecimento é poder ainda enquanto conhecimento apropriado para a expansão do modo de produção capitalista e para a continuidade da acumulação do capital. Nunca houve em tempos anteriores uma concentração tão grande de conhecimento nas mãos de algumas instituições, a maioria financiada pelo capital para a sua reprodução. Entender este movimento pelo qual o conhecimento é apropriado é um pressuposto para explicitar o significado das avaliações educacionais e a sua importância para a produção do conhecimento no ensino superior.

Hegemonia, produção do conhecimento e educação

As relações de poder se consolidam, na sociedade capitalista, como relações de hegemonia. A hegemonia burguesa é assim definida por Gramsci como:

AVALIAÇÃO COMO PRAXIS: RESSIGNIFICANDO O CONCEITO

O exercício “normal” da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso nos chamados órgãos de opinião pública – jornais e associações – os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados. Entre o consenso e a força, situa-se a corrupção-fraude (que é característica de certas situações de difícil exercício da função hegemônica) (GRAMSCI, 2002, p. 95).

Na medida em que o capitalismo se amplia, as relações de hegemonia assumem nova configuração no âmbito das relações internacionais, tanto que a formação do consenso pode conduzir um país subdesenvolvido a submeter-se “passivamente às relações internacionais” (GRAMSCI, 1975, p. 589).

A avaliação dos programas de mestrado e doutorado pressupõe esta estrutura de poder que, na atual fase do capitalismo monopolista, se concretiza em formas de controle do Estado pelas grandes corporações econômicas; estas, a partir de seus interesses, interferem nas formas de gestão e de produção das políticas públicas; ocorre aqui uma normatização de como deve se regulamentar o sistema de ensino superior nacional.

Esta realidade implica que se mantenha na sociedade a divisão entre dirigentes e dirigidos no sentido que a universidade forme uma elite de intelectuais que produzam conhecimento para abastecer o processo de desenvolvimento de acumulação do capital e atender as necessidades do mercado produtivo e, ao mesmo tempo, mantenham uma distância em relação à vida e aos interesses das classes subalternas.

Gramsci (1975, p.451-452) refere-se à separação entre intelectuais e povo da seguinte forma: “o elemento popular sente, mas não compreende e nem sabe; o elemento intelectual sabe mas não compreende, e especialmente não sente [...] O erro do intelectual consiste em acreditar que se possa saber sem compreender, e especialmente sem sentir e estar apaixonado, isto é, que o intelectual possa ser intelectual mesmo quando distinto e separado do povo”. O autor se refere a um

AVALIAÇÃO COMO PRAXIS: RESSIGNIFICANDO O CONCEITO

saber sem compreensão que, da nossa perspectiva, significa produzir conhecimento sem saber a sua finalidade ou sem compreender o contexto no qual se está produzindo.

As bases ou os pressupostos que alimentam a atual estrutura universitária brasileira dependem tanto da separação entre intelectual e povo, que oculta a verdadeira função social do conhecimento, quanto da composição interna da universidade que produz uma hierarquia entre os próprios intelectuais, hierarquia que se expressa na valorização dos saberes que podem apresentar resultados mais imediatos para a produção e a colocação em segundo plano dos saberes que se voltam para a crítica e a formação humana.=

CONCLUSÃO

Conforme as observações apresentadas no capítulo seis: “Avaliação como Praxis: Resignificando o Conceito”, a avaliação do processo educativo tem uma importância histórica relevante, de modo que o percurso aqui traçado pretendeu mostrar a relevância da avaliação dentro do contexto da filosofia da praxis de uma perspectiva externa internacional. Neste sentido, se ampliou a leitura do referido capítulo, o qual se concentrou na avaliação interna dos cursos de pós-graduação, explicitando o significado acadêmico e político das avaliações no espaço interno do *stricto sensu*.

O presente artigo busca explicitar a questão colocada por (Ferreira, 2017, p.123) de que “a pós-graduação tem um forte componente de formação política”. Esta conotação foi acentuada na explicitação das novas relações do capitalismo internacional e da inserção do Brasil como país subdesenvolvido e, portanto, subordinado aos sistemas de avaliação internacional.

A avaliação sempre terá uma grande importância do ponto de vista da qualidade do ensino; porém, assume uma nova significação quando subordinada aos parâmetros do capital. A crítica a estas relações pelo conjunto dos intelectuais responsáveis pela produção do saber e da ciência possibilitaria redefinir o processo de conhecimento nas universidades.

AVALIAÇÃO COMO PRAXIS: RESSIGNIFICANDO O CONCEITO

REFERÊNCIAS

- FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Avaliação como Praxis: Resignificando o Conceito. In: FERREIRA, N.S.C. **Formação Humana e Gestão Democrática na Educação na Atualidade:** Editora Appris. Curitiba 2017, p. 109-127.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere** (Trad. COUTINHO, Carlos Nelson) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, V. 1
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere** (Trad. COUTINHO, Carlos Nelson) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, V. 3.
- GRAMSCI, Antonio. **Quaderni Del Carcere.** Edizione Elettronica a Cura Dell International Gramsci Society. A cura di Valentino Gerratana 1975, V.10.
- LEHER, Roberto. **Universidade no Brasil e na América Latina:** tensões e contradições entre o público e o privado. *Revista Brasileira de Educação*, 2007, vol. 12, no 34, p. 171-177.
- LIMA, Kátia Regina de Souza. Organismos internacionais: o capital em busca de novos campos de exploração. In: NEVES L.M.W. (Org). **O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990.** Coletivo de Estudos sobre Política Educacional, 2002. p. 41, 63.
- MARX, Karl. **O capital:** livro I, vol. 1. *Rio de Janeiro: Civilização Brasileira*, 2006, 24^a. ed.
- NEVES, Lúcia Maria Wanderley. FERNANDES, Romildo Raposo. *Política neoliberal e Educação Superior.* In: NEVES L.M.W. (Org). **O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990.** Coletivo de Estudos sobre Política Educacional, 2002.
- SOUSA JR., Justino de. **Marx e a Crítica da Educação:** Da expansão liberal-democrática á crise

AVALIAÇÃO COMO PRAXIS: RESSIGNIFICANDO O CONCEITO

regressivo-destrutiva do capital. São Paulo: Ed.Ideias e Letras, 2010.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofía de la praxis**. Ed. Expressão Popular/Clacso, 2007.

AVALIAÇÃO COMO PRAXIS: RESSIGNIFICANDO O CONCEITO

ABSTRACT

This article presents some reflections based on the theme suggested in chapter 6 of Ferreira 's book (2017): Evaluation as Praxis: Resigning the Concept. This is a broad topic, of which we point out here only some aspects of the evaluation of the Brazilian higher education system linked to the context of the expansion of international capitalism.

Key words

evaluation, higher education, education, philosophy of praxis.